

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras / Língua Portuguesa

Pâmela da Costa Garcia

**ESTUDOS SURDO E DECOLONIALIDADES:**

O entrelaçar de teorias

São Carlos/SP

2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras / Língua Portuguesa

Pâmela da Costa Garcia

**ESTUDOS SURDO E DECOLONIALIDADES:**

O entrelaçar de teorias

Trabalho de Conclusão de Curso / artigo  
apresentada ao Departamento de Psicologia da  
Universidade Federal de São Carlos, como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Bacharelado em Tradução e Interpretação em  
Libras / Língua Portuguesa

Orientação: Prof. Ms. Guilherme Nichols

São Carlos/SP

2024

Costa Garcia, Pâmela da

ESTUDO SURDO E DECOLONIALIDADES: : O entrelaçar  
de teorias / Pâmela da Costa Garcia – 2024.  
20f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos,  
campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Guilherme Nichols

Banca Examinadora: Daniele Silva Rocha, Tatiane

Cristina Bonfim

Bibliografia

1. Decolonialidade. 2. Estudo Surdo. 3.  
Interculturalidade. I. Costa Garcia, Pâmela da. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática  
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

**Pâmela da Costa Garcia**

**ESTUDOS SURDO E DECOLONIALIDADES:**

O entrelaçar de teorias

Trabalho de Conclusão de Curso / artigo apresentada ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras / Língua Portuguesa. São Carlos/SP.

Orientador(a)

---

Ms. Guilherme Nichols

Docente do Departamento de Psicologia  
Universidade Federal de São Carlos

Examinador(a)

---

Ms. Daniele Silva Rocha

Docente do Departamento de Ciências Humanas e Educação  
Universidade Federal de São Carlos

Examinador(a)

---

Ms. Tatiane Cristina Bonfim

Mestra de Educação Especial  
Universidade Federal de São Carlos

## ESTUDOS SURDOS E DECOLONIALIDADES: O ENTRELAÇAR DE TEORIAS

---

### RESUMO

Este trabalho tem como propósito apresentar uma contribuição teórica no âmbito decolonial, focando nas comunidades surdas. O estudo busca colocar em diálogo o pensamento decolonial e o conjunto de pesquisas do campo dos estudos surdos, além de abordar o conceito da interculturalidade. Dada à variedade de pesquisas contidas nos estudos surdos, focamos os principais autores dessa corrente e de como eles fazem a crítica ao colonialismo ouvinte, ao mesmo tempo em que buscam construir e consolidar um discurso que oferece protagonismo ao povo surdo, gerando novas formas de conhecimento e também de reconhecimento político. A pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica da emergência do pensamento decolonial e dos estudos surdos sobre cultura, representação e identidade surdas.

**Palavras chaves:** decolonialidade; estudos surdos; interculturalidade; cultura surda.

### ABSTRACT

The present article aims to contribute to the decolonial studies, focusing on deaf communities. The essay tries to decoloniality in discussion, as well as the researches in deaf studies and the interculturality. Since the variety of researches under the deaf studies, we selected only the main authors of the subjects and how these authors criticize the hearing colonialism over deaf people, seeking to give deaf people the protagonism, therefore create new knowledges and ways of thinking, and help to guarantee the political recognition of this group. The essay is a revision of the current literature regarding the decolonial studies, deaf studies about culture representation and deaf identity.

**Keywords:** decoloniality; deaf studies; interculturality; deaf culture

### INTRODUÇÃO

Primeiro uma breve explicação do que entendemos como decolonial termo que aparece, por vezes, na literatura como decolonial. O projeto decolonial tem como foco discutir e problematizar a produção do conhecimento e as relações de poder fundantes da modernidade, ao mesmo tempo, busca dar voz aos saberes e práticas dos chamados

subalternos e marginalizados do mundo. Essa corrente parte de uma concepção de que a modernidade tem como seu lado obscuro o colonialismo (processo da dominação europeia do resto do mundo) e a colonialidade (processos de dominação e de relações assimétricas de poder), em várias esferas (política, econômica, científica, epistêmica, cultural, entre outros), que continuam até o presente, após à independência política dos Estado-Nações).

O presente trabalho tem como objetivo principal, contribuir para uma reflexão sobre as potencialidades que a perspectiva cultural, pautada na interculturalidade e as abordagens decoloniais podem suscitar no campo de estudos dos surdos. Busca – se, compreender as comunidades surdas e suas manifestações culturais de forma crítica para compreender as diferenças a partir do contexto e locais de fala, onde novas formas de conhecimento relacionando ao outro (o surdo) estão emergindo nas últimas décadas dentro do universo da surdez.

A proposta de pesquisa do presente artigo categorizou – se como uma pesquisa de natureza qualitativa, baseando – se na revisão bibliográfica e de literaturas especializadas na perspectiva decolonial objetivando – se na produção de grupos que estudam a colonialidade dentre estes estão Quijano (2000), Catharine Walsh (2009), entre outros que iremos discutir no decorrer do texto. No campo dos estudos surdos o foco será na produção de Skliar (1997; 2003; 2006) focadas na perspectiva cultural da surdez, ou seja, na interpretação da surdez como diferença e Strobel e Perlin (2008a, 2008b, 2014) que tratam da identidade cultural surda. Consideramos que esses autores se destacam por serem responsáveis por disseminar essa perspectiva no Brasil, por meio da área da educação de surdos.

Nas últimas décadas houve um deslocamento e uma valorização do surdo no mundo, e na sociedade brasileira com um viés identitário, político e cultural, superando o paradigma da surdez como deficiência e da educação especial que é destinada aos surdos. Houve avanços importantes na lei e na valorização do surdo de maneira geral, dentro de uma perspectiva de uma educação voltada para a inclusão social, pautada na valorização e respeito às diferenças.

Ocorre que o cumprimento da lei não é automático, mas sim um processo que evolui com o aprendizado da sociedade, podendo estar vinculado aos saberes territoriais e conhecimentos ancestrais dos nativos do território. Nesse contexto, as práticas e os conhecimentos das leis podem formalizar e até mesmo estimular a práxis, incentivando o

cumprimento da lei de maneira mais natural e menos radical, em contraste com que está estabelecido nos códigos e parágrafos do Vade Mecum<sup>1</sup>.

Apesar de o sujeito surdo ter garantias legais em relação à educação bilíngue, sendo a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, considerada como língua oficial de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras, conforme a Lei Federal nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002) e regulamentada pelo Decreto de nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005), a prática escolar e a sociedade ainda não dispõem dos meios necessários para sua implantação efetiva. Faz-se necessário acompanhar com um olhar crítico a produção teórica, a luta política, as discussões, a produção dos novos saberes e práticas, sobre *os* surdos e *dos* surdos.

Nesse sentido o presente artigo propõe pensar a surdez como diferença do ponto de vista cultural e do viés decolonial. As teorias decoloniais se constituem como um campo fértil de reflexões, com diversas ferramentas teóricas que problematizam a colonização, a produção de saber e conhecimento sobre diferentes sujeitos, produzida pelos diferentes sujeitos e comunidades como alternativa possível, como projeto político e de solidariedade contra a hegemonia dos ideais europeus e da lógica colonial. O neocolonialismo, ou seja, a colonialismo na modernidade atua de forma intersubjetiva em sua dinâmica e desenvolvimento das ações através da negação do Outro, de sua voz, de seus espaços e sonhos.

Os sujeitos surdos do sul global enquadram-se no que Boaventura (Moraes, 2012) estabelece como, criações epistemológicas, agrupadas em um pensamento que se estrutura em conhecimentos não formais, ou seja, que provém de suas práticas, fazendo com que passem a ser reconhecidos e se reconhecerem através de uma identidade cultural. A LIBRAS tem um papel de destaque nesse processo, e o seu uso e conhecimento criam na comunidade surda o sentido de pertencimento a uma comunidade linguística e cultural. Para Strobel,

[...] a Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (Strobel, 2008a, p. 24).

---

<sup>1</sup> O vade mecum é um compilado de legislações que acompanha o estudante e operador do Direito durante toda a carreira acadêmica e prática jurídica.

Passaremos agora ao campo de estudos surdos, desenvolvido pelos grupos de pesquisa para entender a relação da pessoa surda, que envolvem saberes e conhecimentos nos movimentos surdos.

## O CAMPO DE ESTUDOS SURDOS

O campo de estudos surdos se constitui como um campo abrangente de pesquisas e investigações sobre múltiplos aspectos da surdez que possuem como principal eixo de análise: “[...] as relações de desigualdade de poder estabelecidas entre ouvintes e surdos” (Gonçalo, 2023, p.6).

Segundo Thoma (2018), o termo Estudos Surdos é uma tradução do inglês do termo *Deaf Studies*, campo de estudos que se intensificou a partir de 1960, em razão dos estudos linguísticos de William Stoke, que propõe pensar os “surdos como usuários de uma língua e membros de uma cultura minoritária” (Thoma *et al*, 2018, p,23). É a partir dos estudos de Stoke que as línguas de sinais adquirem o status de língua tal como as línguas orais<sup>2</sup>. Os autores ainda mencionam que no Brasil Lucinda Ferreira Brito na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi a primeira pesquisadora brasileira a estudar sobre as línguas de sinais no campo da linguística (ibidem).

Dentro da área de educação, se destaca como precursor ao introduzir os Estudos Surdos no Brasil, Carlos Skliar (Thoma *et al*, 2018) Professor Doutor da Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS). Em geral, as maiorias dos trabalhos no campo dos Estudos Surdos no Brasil se encontram dentro da área da educação. Nas palavras do Professor Skliar, os Estudos Surdos:

Abarcam pesquisas sobre as identidades, as línguas, os projetos educacionais, as histórias, as artes, as comunidades e culturas surdas, focalizados e entendidos a partir de um posicionamento político que luta por uma nova territorialidade: um espaço construído pelas problematizações sobre a normalidade, pelos embates com as assimetrias de poder e de saber, pelas diferenças construídas histórica e socialmente. (Skliar, 1996, p.29)

Muitas pesquisas no campo da educação de surdos (Skliar, 1998) e da tradução/interpretação Libras-Língua Portuguesa (Quadros, 2002; Perlin, 1998; Silva, 2005; Skliar, 1997, 1998, 2003, 2006), ressaltam como, historicamente, as pessoas surdas têm sido assujeitadas diante de práticas normativas ouvintistas. O ouvintismo é definido por Skliar (1998, p.15) como “um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte”. Desse modo, em uma recuperação histórica, fica evidente o quanto as pessoas surdas foram (e ainda são/estão) sujeitas a mecanismos de colonização ouvinte.

---

<sup>2</sup> Previamente aos estudos de Stokoe as línguas de sinais não possuíam a categoria língua, e sim eram tidas como linguagem.

Nesse sentido, Skliar (2005) cita que a natureza dos poderes e dos saberes do ouvintismo pode ser exemplificada fortemente, no campo educacional, por uma colonização do currículo – que em longo prazo tem como reflexo o fracasso educacional dos surdos, tema amplamente debatido no país. A tese de doutorado, *Surdos: vestígios culturais não registrados na história* da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Strobel, o termo colonização é recorrente e contém uma grande quantidade de exemplos de castigos, humilhações e abusos a que foram submetidos os surdos com a intenção de impedir a manifestação da língua de sinais entre eles.

De forma geral, a pedagogia destinada aos sujeitos surdos “se constrói, implícita ou explicitamente, a partir das oposições normalidade/anormalidade, saúde/patologia, ouvinte/surdo, oralidade/gestualidade, entre outras” (Skliar, 2005, p.9) numa busca de tratar os diferentes como iguais, neste caso, de naturalizar os sujeitos surdos em padrões ouvintes.

## **A DECOLONIALIDADE E A SURDEZ**

Tendo em vista discutir a problemática surda a partir do ponto de vista das representações, se faz necessário pensar nos mecanismos de poder e saber inerentes à modernidade, e para tanto, propomos pensar tais questões utilizando um referencial teórico decolonial.

A crítica decolonial situa-se dentro das discussões do pós-colonial - uma gama de abordagens teórico e metodológico diversas - e que são contemporâneas de três correntes teóricas: pós-estruturalismo destacando-se Derrida e Foucault; pós-modernismo (ao menos como condição) e os estudos culturais britânico com destaque para Stuart Hall (Costa, 2006). Aqui o termo “colonial, por sua vez, vai além do colonialismo e alude a situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais” (Costa, 2006, p. 84). Além dessa caracterização de Costa (2006), Ballestrin (2013) nos lembra que a ideia do pós-colonial diz respeito a uma posição política que intercede a favor do colonizado, considerando que há autores com essa perspectiva<sup>3</sup> desde antes de sua institucionalização como projeto político e acadêmico.

A partir do antagonismo que define a relação entre colonizador e colonizado, que Mignolo (2003) assinala o que ele chama de “diferença colonial” uma relação baseada na impossibilidade do reconhecimento da identidade dos colonizados, pois a presença do colonizador inibe, suprime, a existência deles. Essa noção, esse impedimento, surgiu com Fanon em 1961 (Ballestrin, 2013). Essa supressão da existência, da identidade é um fenômeno que também atinge em moldes parecidos o povo surdo e suas representações nativas como mostrado por Strobel (2008b).

Nas diferentes perspectivas, tempos históricos e autores (sejam europeus ou latinos), essa posição política que intercede pelo colonizado, pode ser descrito como o argumento pós-

---

<sup>3</sup> Numa perspectiva política, desde a invasão e saque do continente americano pelos europeus, há pensadores pós-coloniais. Um dos exemplos mais notórios é a obra de Guamam Poma de Ayalla, autor que escreve um tratado sobre um bom governo para indígenas e espanhóis no Vice-Reino do Peru no Século XVII.

colonial, que em síntese “é comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade” (Ballestrin, 2013, p.91).

Segundo Ballestrin (2013), apesar de divergências e distintas abordagens, há um certo consenso na importância de Fanon, Memmi e Césaire no aprofundamento e desenvolvimento teórico e renovação epistemológica, realizado de modo simultâneo (década de 50 e 60), do argumento pós-colonial. A estes se soma também Said (1978), que “denuncia a funcionalidade da produção do conhecimento no exercício de dominação sobre o “outro” (Ballestrin, 2013, p.92).

De forma paralela, na década de 70, forma-se o Grupo de Estudos Subalternos<sup>4</sup>, sob liderança do indiano Ranajit Guha, que é um projeto (político, intelectual e epistêmico) que ganha relevância (em 1980 fora da Índia) através dos pesquisadores Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakrabarty Spivak (Ballestrin, 2013).

Esse debate se insere e “foi difundido no campo da crítica literária e dos estudos culturais na Inglaterra e nos Estados Unidos, cujos expoentes mais conhecidos no Brasil são Homi Bhabha (indiano), Stuart Hall (Jamaicano) e Paul Gilroy (inglês)” (Ballestrin, 2013, p.94).

Na década de 90, é fundado o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, inspirado no Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos (de Guha), com um enfoque a partir da América Latina. Esse grupo se desfez em 1998 por divergências teóricas entre seus membros. Para alguns dos integrantes, o grupo não deveria se basear na resposta indiana ou nos pós-coloniais, ou dos estudos culturais para pensar a especificidade da América Latina no sistema mundo, uma vez que a região também possui relações distintas de colonialidade, em especial por causa do imperialismo dos Estados Unidos na região (Ballestrin, 2013).

Alguns dos membros do grupo anterior fundam então o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C)<sup>5</sup>, com discussões e encontros que se iniciam em 1998, porém é em 2000, com a obra colectiva *La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales* que el grupo gana destaque. Nessa época, como aponta Ballestrin (2013), o grupo dialoga e incorpora uma série de autores como, Ramon Grosfoguel, Enrique Dussel, Walter Dignolo, Aníbal Quijano, Immanuel Wallerstein, Castro-Gómez, Oscar Guardiola, Lander, Coronil, Zulma Palermo, Freya Schiwy, Sanjinés, Catherine Wlash, Nelson Maldonado-Torres, Saldívar, Gordon, Boaventura de Sousa Santos, Cervantes de Salazar, Libia Grueso e Fernández Osco, Sanjinés, entre outros.

O grupo M/C tem inspiração em diversas fontes, porém segue a orientação de manter uma reflexão sistemática dos problemas sociais latino-americanos, buscando dar voz ao conhecimento subalternizado da parte do mundo explorada pelo Ocidente (Ballestrin, 2013).

---

<sup>4</sup> Termo emprestado de Antônio Gramsci que remete a ideia de uma classe que tende a uma unificação histórica, mas que é impedido pelas classes dominantes.

<sup>5</sup> Para facilitar a menção ao grupo, será utilizado a sigla M/C.

O conceito que nomeia o grupo, colonialidade do poder, foi desenvolvido por Anibal Quijano (1998), se baseia na ideia de que mesmo com o fim do colonialismo (administração colonial), essa relação de dominação na esfera econômica e política continuam. Segundo Grosfóguel,

“A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN.” (Grosfoguel, 2008, p.56).

As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial como uma dominação epistêmica onde os índios, negros e demais que não são europeus passam a ser sujeitos subalternizados por não fazerem parte do mesmo contexto de raça.

O conceito foi expandido e desenvolvido pelas contribuições de outros autores do grupo, para Mignolo (2003), a matriz colonial do poder são níveis entrelaçados de uma estrutura complexa e envolve: controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento. “A colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser” (Ballestrin, 2013, p.100).

E qual a relação do que foi exposto aqui com o povo surdo? O par de oposições mostradas por Skliar sobre normalidade/anormalidade, saúde/patologia, ouvinte/surdo, oralidade/gestualidade são criações da modernidade e da capacidade do pensamento europeu de encurralar a diferença dentro de um discurso normalizante (médico e científico). Mais do que isso, “tais distinções e classificações binárias constituem, conforme Derrida, o modo ocidental, logocêntrico de apreender o mundo e formam a base das estruturas de dominação modernas” (Costa, 2006, p.149).

Dessa forma as representações dos sujeitos surdos, feitas pelos ouvintes, se constituíram por uma diferença marcada pela ausência da audição, efeitos dos mecanismos de produção de poder e saber fundantes da modernidade/colonialidade.

Por não ser uma dominação exercida através da categoria de raça, o corpo surdo é colonizado através de categorias de pensamento baseados na razão universal e no mito da supremacia da língua oralizada. Neste sentido é exemplar o caso do congresso de Milão, com a presença de especialista de vários países, que em 1880 definiu que a língua oral era superior à de sinais, e que o ensino dos surdos tinha de ser voltado ao aprendizado da língua oral. Aliás, para os presentes, a utilização da língua de sinais atrapalhava o aprendizado da língua oral. Foi essa concepção e referência que se espalhou para o mundo. Note que o congresso era composto em sua maioria por ouvintes (Silva, 2006).

A linguagem por ser uma condição humana faz com que boa parte da comunidade surda passe a ser subalternizada devido à falta de uma comunicação eficaz, onde a inclusão passa a torna-se uma política de estado e para isso é necessário o rompimento dessas amarras subjetivas criadas por muitos ouvintes onde todo surdo é capaz de entender ou se comunicar de forma eficaz.

Os autores dos estudos surdos mantêm uma postura política, muito próxima dos autores pós-coloniais, no sentido de suas pesquisas idealizarem a transformação social e o combate à opressão.

Strobel e Perlin (2014) chegam a ensaiar e a problematizar construção de uma história cultural dos surdos, para as autoras:

A história cultural é uma nova interpretação de caminhos percorridos, para a deferência do povo surdo, dando lugar à sua cultura, valores, hábitos, leis, língua de sinais, bem como à política que movimenta tais questões, e não mais a excessiva valorização da história registrada sob as visões do colonizador, uma história que dá lugar ao sujeito. Ela não interpreta o sujeito como algo fora de contexto, inventado, mas o sujeito como instrumento histórico no sentido e no significado. (Perlin, Strobel, 2014, p.21).

Essas autoras, além de utilizarem o referencial teórico dos estudos culturais, embasam sua concepção de identidade em Hall (2004), das identidades fragmentadas e fluídas do contexto pós-moderno. A produção dessas autoras também é referência em Foucault, mais especificamente sobre a dominação dos corpos e da instrumentalização do poder para o controle deles.

A construção e representação elaborada por essas autoras sobre o povo surdo, a cultura surda e a identidade surda se constituem como eixo de defesa, que desloca o sentido das políticas de inclusão que colocam o surdo como deficientes. Elas estão construindo as evidências e dando voz ao povo surdo para reivindicação de direitos culturais e sociais da comunidade surda.

Para Skliar (2005) que defende também o ponto de vista da cultura e identidade surda, temos de superar os paradigmas da educação especial, e não cair na armadilha da educação inclusiva (dos surdos nas escolas regulares com a presença de intérpretes e salas “surdas”), propondo pensar a representação e a educação a partir do ponto de vista do bilinguismo e do biculturalismo. Neste sentido, há algo similar entre as políticas educacionais que tratam de certo modo integrar o surdo (considerado deficiente) a sociedade nacional (ouvinte no caso), com o surgimento de minorias culturais, que na agenda política internacional da década de 80 e 90, também seriam reconhecidas e concederiam direitos a essas minorias. A política, de educação especial e inclusiva, bem como das minorias culturais, falha, pois não atuam de forma estrutural na sociedade, muito menos dentro de perspectiva ou ação política decolonial. Abordaremos essa falha logo adiante, com o que Walsh (2009) chama de interculturalidade funcional.

Costa (2006) mostra que a década de 80 foi o momento de uma explosão no reconhecimento de minorias culturais na América Latina e de um aumento significativo da diversidade cultural do continente. Para o autor, essa explosão tem relação com a expansão do direito internacional e através da ação de várias agências internacionais. A perspectiva de cultura contida na política dessas instituições, essencialista e monolítica, são as bases para uma política de reconhecimento e conquista de direitos que o autor chama de multiculturalismo liberal e que servem de ferramenta para dominação política do capitalismo mundial.

Voltemos à emergência também à noção de cultura surda. Na década de 90, como aponta Ferrari (2017), ocorreu intensa mobilização internacional em torno do direito à educação para todos, tendo como marco a Conferência Mundial de Educação para Todos em 1990. A conferência ficou conhecida como a declaração de Jomtien, e também trata do ensino de pessoas com deficiência. Em 1994 ocorreu em Salamanca, a Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais onde no item 19, trata da educação de surdos.

A tese de Ferrari, nos traz uma interessante indicação sobre a emergência da cultura surda no meio acadêmico. Em levantamento<sup>6</sup> realizado pela autora, no banco de teses da CAPES<sup>7</sup>, a primeira vez que aparece um estudo sobre cultura surda foi em 1995. Para a Ferrari (2017) de 1995 a 2000 houve em média, por ano, 5 teses publicadas sobre o tema. Há um aumento considerável de teses que tratam da cultura surda a partir de 2001, por ano, chegando em seu ápice a 36 teses.

Os autores dos estudos surdos, assim como dos estudos culturais, se apoiam em uma visão de cultura e diferença tal como tratadas por autores como Bhabha e Hall, tendo como base as noções de Foucault e Derrida. Autores como Bhabha e Hall são críticos que atingem com maestria as premissas multiculturalismo, pois não concebem a possibilidade de existência de identidades culturais como essências ontológicas, monolíticas e puras, quanto mais da representação política delas. Para esses autores:

Representação da diferença é, ao mesmo tempo, o momento de construção, vale dizer, de articulação desta. Não existe nessa leitura um ente social anterior à representação e que emergisse publicamente, em algum momento, para realizar uma presumida vocação política imanente. Discursos e sujeitos constituem-se simultânea e mutuamente. Portanto, quando uma minoria étnica ou outro grupo sociocultural qualquer comparece na esfera pública como unidade identitária, o que se tem aí não é a apresentação pública de algo que já existia de forma latente no seio social, mas uma junção circunstancial e contingente do discurso identitário com um grupo que passa a articular suas diferenças em torno de tal discurso. Em outro momento, esse mesmo grupo pode articular outras diferenças, a partir de outros discursos. (Costa, 2006, p.150)

---

<sup>6</sup> Ferrari analisa a produção acadêmica no banco de teses da CAPES no período de 1987 a 2010. Cabe mencionar que a tese de Ferrari é extremamente crítica à noção e a concepção de existência de uma cultura surda.

<sup>7</sup> Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Seguindo Costa, sobre o surgimento as minorias culturais, sugerimos se não ocorre um fenômeno similar em relação à emergência da cultura surda. Os autores de ambas as áreas se utilizam de um conceito de cultura dinâmico, e nos estudos sobre minorias culturais (antropologia cultural e sociologia da cultura), as pesquisas empíricas mostram

“que os processos efetivos de constituição de identidades minoritárias não são pré-políticos nem exclusivamente endógenos (...) esses estudos deixam claro que minorias culturais se articulam conforme as oportunidades políticas existentes e se constituem a partir das suas relações com sua relação com seu entorno” (Costa, 2006, p.147).

Diante do exposto, o trabalho tentou relacionar os campos dos estudos surdos com o campo dos estudos decoloniais, em uma tentativa de dar a ver a necessidade de reafirmar as existências surdas como existências diferentes (no sentido da alteridade), numa (re)afirmação da diferença como potencialidade criativa, afastando a concepção da surdez como ‘aquilo que falta’, como uma deficiência em comparação aos corpos/existências de pessoas ouvintes.

Considerando como foi colocado aqui, a existência do povo surdo, da cultura surda, da comunidade surda e das identidades surdas, seguindo Strobel, Skliar, Perlin, o que podemos utilizar da teoria colonial como estratégia prática e de ação e pensamento?

Nessa direção podemos discutir as potencialidades de reformulação de políticas públicas caso a comunidade surda fosse respeitada a partir de suas considerações, afetos, necessidades e desejos, na direção que afirma Walsh (2009) sobre as formas de reexistir. Antes de mais nada, se faz necessário retomar o que a autora entende por interculturalidade crítica e as propostas que daí decorrem:

“O enfoque e a prática que se desprende da interculturalidade crítica não é funcional para o modelo de sociedade vigente, mas um sério questionador dele. Enquanto a interculturalidade funcional assume a diversidade cultural como eixo central, apontando seu reconhecimento e inclusão dentro da sociedade e do Estado nacionais (uni nacionais por prática e concepção) e deixando de fora os dispositivos e padrões de poder institucional-estrutural – que mantêm a desigualdade -, a interculturalidade crítica parte do problema do poder, seu padrão de racialização e da diferença (colonial, não simplesmente cultural) que foi construída em função disso.” (Walsh, 2009, p.21)

Entendemos que a interculturalidade crítica é uma proposta decolonial adequada e sugere conhecimentos úteis para o movimento surdo em todos os seus aspectos e está em consonância com o fazer dos autores surdos que discutimos até o momento.

Tentamos mostrar nas páginas precedentes as aproximações entre a teoria decolonial e a teoria dos estudos surdos. O posicionamento e compromisso dos autores, o qual a proximidade referência teórica dos estudos surdos em relação ao decolonial, a forma como a teoria decolonial coloca os mecanismos de dominação, muito similar ao que encontramos nos estudos surdos e sugerimos uma proximidade da emergência da cultura surda com outras minorias culturais.

## INTERCULTURALIDADE CRÍTICA

Como tentamos mostrar anteriormente, há aspectos da colonização do surdo engendrados pela dinâmica modernidade/colonialidade similares às opressões de raça, etnia e gênero. Por esse motivo, escolhemos o conceito/proposta de interculturalidade crítica para pensar os surdos.

É a partir do enfoque intercultural que o trabalho aponta na construção do processo de ressignificação sobre as questões da surdez onde as questões relativas ao multiculturalismo ganham maior presença, seja quando apontam temas das diferentes culturas como uma possibilidade de enriquecimento das reflexões e ações, sejam elas didáticas pedagógicas ou de ações territoriais articulando entre o social e cultural.

Assim de maneira metodológica criar uma integração entre todos de forma como relata Walsh (2009) com as formas de re-existir passando a perceber as novas ressignificações em torno da identidade surda e como isso influencia no dia a dia da comunidade surda, a proposta de Walsh se mostra interessante.

A interculturalidade crítica é proposta como um modelo de relações sociais que questiona a sociedade vigente, é “uma construção de e a partir das pessoas com uma histórica submissão e subalternização” (Walsh, 2009, p.22). Partindo da experiência de indígenas equatorianos, a interculturalidade crítica defendida pela autora é um movimento/projeto que busca “alternativas à globalização neoliberal e à racionalidade ocidental, e que lutam pela transformação social como para a criação de condições de poder, de saber e de ser muito diferentes”. (Walsh, 2009, p.22). A autora seguindo o pensamento de Adolfo Albán, entende a interculturalidade crítica como um projeto “que aponta para a resistência e à própria vida, para um imaginário ‘outro’ e uma agência ‘outra’ de com-vivência – de viver ‘com’ – e de sociedade”. (Walsh, 2000, p.22). Essa perspectiva tem origem em movimentos sociais e mostra seu sentido contra hegemônico.

Apesar de Walsh, em nosso entendimento, isso está de acordo com a proposta que Skliar (2005), quando se trata de pensar o campo educacional da surdez. Propor estratégias capazes de ir além das práticas vigentes hegemônicas, em um “movimento de tensão e ruptura com a educação especial” (Skliar, p. 12, 2005), no sentido de superar o paradigma de uma lógica exclusiva e inclusiva. Lógica que opera – se sob um pano de fundo que busca a “integração escolar dos surdos nas escolas regulares” (Skliar, 2005, p.31).

Skliar vai além, e sugere que o problema é mais complexo e profundo do que se discutir apenas do ponto vista educacional (e do fracasso com a população surda). Para além do necessário debate sobre a educação para surdos, ele propõe pensar a surdez através de categorias como identidade, cultura e política (Skliar, 2005).

Esses conceitos na literatura de ciências sociais e afins foram e estão em constante revisão, formulação e crítica, por meio de diversas abordagens e distintas tendências. Como já indicado neste texto, percebemos que o pensamento decolonial e os estudos surdos possuem

conceitos, abordagens, teorias, que em comum remontam a base teórica dos estudos pós-coloniais e de estudos culturais. Apesar de as discussões sobre minorias culturais (e seu reconhecimento, entre outros) e das culturas surdas terem algumas similaridades, o conhecimento (pelo menos nos autores debatidos aqui) dos dois campos (estudos surdos e decolonialidade) possuem pouca articulação entre si. Ou, em outras palavras, de que no campo dos estudos surdos não há esse debate, ou ele ainda está em gestação, quando se pensa a surdez através de um olhar crítico que mobilize um referencial teórico decolonial. Tendo em vista que o escopo de tal discussão é abrangente e não cabe dentro de um trabalho como o presente, escolhemos realizar a aproximação desses dois campos, através da proposta de Walsh (2009), da ideia de interculturalidade crítica, o que se justifica, teoricamente, uma vez que para a autora “entender a interculturalidade como processo e projeto dirigido à construção de modos outros do poder, saber, ser e viver permite ir muito além dos pressupostos e manifestações atuais da educação intercultural bilíngue ou da filosofia intercultural.” (Walsh, 2009, p.23-24). O que pode impactar a forma de se pensar a educação de surdos.

Segundo Gesueli (2006) a proposta da educação bilíngue sugere que trate – se de mudanças e a língua de sinais passe a ser tratado como uma língua natural e de direito ao surdo, pois a crítica decolonial juntamente com as questões de re-existência do território possuem essa proposta conforme demonstrado no presente artigo. Dessa maneira Gesueli (2006) enfatiza que a discussão sobre a identidade surda não se desvincula – se da discussão da cultura surda e isso estaria relacionado a recriação de um espaço cultural e visual que legitima a linguagem e sua comunidade e assim dando surgimento a cultura surda.

## **CONCLUSÃO**

Na atual sociedade contemporânea, quando as culturas passam a ser fragmentadas, diversos indivíduos surdos são ensinados nas escolas como ouvintes e isso impede que muitos não construam suas identidades surdas e venham a ser representados como deficientes. Além do enfoque e dos esforços dos estudos surdo, o presente trabalho apresentou o termo decolonialidade na comunidade surda, possibilitando a não dominação hegemônica que subalterniza e impõem seus critérios a essa comunidade, interferindo cada vez mais nos distanciamentos entre os surdos.

Como foi colocado pelos autores do campo dos estudos surdos previamente mencionados, Strobel e Perlin (2008a, 2008b, 2014), Skliar (1997; 2003; 2006), e da ideia de interculturalidade crítica mostrada, é necessário que os surdos passem a se auto afirmarem como sujeitos ativos de suas culturas, identidades e representações, criando novas territorialidades, novas formas de mostrar ao mundo sua existência e exigências, conforme muitos já o fazem.

Concluimos que nos estudos surdos há uma vocação decolonial principalmente como projeto, uma vez que há um objetivo político e social nesses trabalhos. Os estudos surdos têm como referencial teórico os estudos culturais e o pós-estruturalismo (mais especificamente a filosofia da diferença), e até poderíamos enquadrá-los como estudos pós-coloniais da surdez.

Adicionamos pôr fim a hipótese de que os processos de colonização do surdo, pelos mecanismos de poder da colonialidade/modernidade, possuem semelhanças com os processos de colonização de outros seres humanos no sistema mundo. Colocamos também que a emergência de uma cultura surda pode guardar semelhanças com processos de identificação e reconhecimento de outras minorias culturais.

Esperamos ter contribuído com elementos que possibilitem a construção de uma outra sociedade, e que a cultura surda eficaz amplie o rol de seus direitos e ações políticas de forma concreta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

BAGETTI ZEIFERT, A. P.; AGNOLETTI, V. O PENSAMENTO DESCOLONIAL E A TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS: saberes e dignidade nas sociedades latino-americanas. *Revista Húmus*, [S. l.], v. 9, n. 26, 2019. Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/12077> . Acesso em: 21 jan. 2024.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/#>. Acesso em: 21 de jan. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: 26 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm).

COSTA, S. Da desigualdade à diferença: direito, política e a invenção da diversidade cultural na América Latina. *Contemporânea*, v. 5, n. 1, p.145-165, 2015.

De Moraes Gomes, F. (2012). As Epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos: por um resgate do sul global. *Páginas de Filosofia*, 4(2), 39-54.

DE SOUSA, A. S.; DE OLIVEIRA, G. S.; ALVES, Laís Hilário. A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS. *Cadernos da FUCAMP*, v. 20, n. 43, 2021.

FERRARI, C. C. Surdez, cultura e identidade: as trajetórias sociais na construção das identidades de indivíduos surdos. 2017. 197 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

Foucault, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Editora Paz e Terra, 2014.

GESUELI, Z. M. Língua(gem) e identidade: a surdez em questão. *Educação & Sociedade*, v. 27, p. 277-292, 2006.

GONÇALO, S. F. Formação inicial de pedagogos: incorporação dos Estudos Surdos e das produções acadêmicas de pesquisadores surdos nos planos de ensino da disciplina de LIBRAS. *Revista de Iniciação à Docência, [S. l.]*, v. 8, n. 1, p. e12009, 1-19, 2023. DOI: 10.22481/riduesb.v8i1.12009. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rid/article/view/12009>. Acesso em: 21 jan. 2024.

GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Periferia, [S. l.]*, v. 1, n. 2, 2012. DOI: 10.12957/periferia.2009.3428. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/3428>. Acesso em: 23 jan. 2024.

GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE COLONIALIDAD (GESCO). *Estudios Decoloniales: Un Panorama General*. KULA. Antropólogos del Atlántico Sur, Buenos Aires, n. 6, p. 8-21, 2014.

HOOKS, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

JUNIOR, E. B. L. et al. Análise Documental Como Percurso Metodológico Na Pesquisa Qualitativa. *Cadernos da Fucamp*, v.20, n.44, p.36-51/2021

LOPES, L. B.; THOMA, A. S. Estudos surdos em educação no Brasil: a produção do campo no período de 1996-2006. In: *Forum (Rio de Janeiro)*. Rio de Janeiro. Vol. 37 (jan./jun. 2018), p. 21-36. 2018.

MASUTTI, M. L.; SANTOS, S. A. Intérpretes de Língua de Sinais: uma política em construção. Quadros RM, organizador. *Estudos surdos III*. Petrópolis: Arara Azul, p. 148-67, 2008.

PERLIN, G.; STROBEL, K. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. *Educar em Revista*, n. spe-2, p. 17-31, 2014.

QUADROS, R. M. *O tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEESP. 2002.

QUIJANO, A. Colonialidade de poder e eurocentrismo na América Latina. *Sociologia Internacional*, v. 15, n. 2, pág. 215-232, 2000.

SILVA, I. R. *As representações do surdo na escola e na família: entre a (in)visibilização da diferença e da 'deficiência'*. tese de doutorado inédita, Campinas: Unicamp. 2005.

SILVA, V. Educação de Surdos: uma releitura da primeira escola pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In: QUADROS, Ronice (Org.). *Estudos Surdos I*. Petrópolis: Arara Azul, 2006. p. 14-37.

SKLIAR, C. B. A educação para os surdos: Entre a pedagogia especial e as políticas para as diferenças. *Anais do seminário: desafios e possibilidades na educação bilíngüe para surdos*, 21 a 23 de julho, p. 32-47. Rio de Janeiro: Ed. lítera Maciel Ltda. 1997.307

SKLIAR, C. B. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. In: Rodrigues, d. (org.). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus. 2006.

SKLIAR, C. B. Perspectivas políticas e pedagógicas da educação bilíngüe para surdos. In: SILVA, S. & VIZIM, M. (orgs.). *Educação especial: múltiplas leituras e diferentes significados*. São Paulo: Mercado de letras. 2003.

SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Editora Mediação. 3ed. Porto Alegre: Mediação, p. 7-32. 2005

STROBEL, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis, Editora UFSC: 2008b.

STROBEL, K. *Surdos: vestígios culturais não registrados na história*. 2008. 176p. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008a.

TSUKAMOTO, N. M. S. *A vereda histórica da educação dos surdos: da oralidade ao bilinguismo na ótica da formação docente*. In: ANDREIS-WITLOSKI, Silvia;

FILIETAZ, R. P. *Educação de surdos em debate*, Curitiba: Ed. UTFPR, 2014. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3548/1/educacaosurdos.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.

WALSH, C. *Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, resurgir e reviver*. In: CADAU, Vera Maria (Org.). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 12-42.